

Estado e Desenvolvimento: Argentina e Brasil (1946 -1955)

Fausto Saretta

Departamento de Economia
Faculdade de Ciências e Letras
Universidade Estadual Paulista – UNESP
email: fsaretta@fclar.unesp.br

Resumo: Este trabalho é uma versão inicial de um estudo comparativo sobre a política econômica da Argentina (1946-1955) e do Brasil (1946-1954) e os respectivos processos de crescimento econômico. Partiu-se do suposto que é possível analisar os dois países de modo a permitir uma comparação consistente, que enseje alguma explicação para o desenvolvimento posterior ocorrido nestes dois espaços nacionais, marcados por uma inversão, entre os dois países, no que se refere aos seus respectivos desenvolvimentos econômicos nos anos que se seguiram ao período aqui enfocado. O estudo da política econômica do Brasil e da Argentina nos dez anos seguintes ao final da Segunda Guerra objetiva contribuir com uma pequena parte na explicação desta importante questão. Este estudo aponta para a importância de se considerar, ao lado das questões de política econômica, as da política propriamente, principalmente no caso portenho, marcado pela instabilidade política quase que permanente - para que se entendam melhor as razões da perda do ritmo de crescimento econômico na Argentina. Para o Brasil, a questão do desenvolvimento brasileiro está certamente mais diretamente relacionada às ações de política econômica, embora não se possa desconsiderar uma contribuição marcante de Vargas - de caráter político propriamente - em viabilizar aquilo que se consagrou chamar de Estado desenvolvimentista, que congregou no seu interior as frações capitalistas locais e estrangeiras, além do capital estatal, permitindo uma certa arbitragem dos ganhos e perdas do processo de crescimento. Na Argentina, a relativamente baixa institucionalização da vida política parece explicar mais adequadamente a perda do ritmo de crescimento, posto que a sociedade argentina não logrou criar instâncias e instrumentos adequados para arbitrar os conflitos inerentes ao processo de desenvolvimento.

Introdução

O presente e o futuro da economia brasileira parecem estar fortemente ligados ao da economia argentina. Esta constatação de indiscutível atualidade, quando as duas economias atravessam, cada uma à sua maneira, os problemas decorrentes das rápidas e agudas transformações da economia internacional nos anos recentes, enseja e suscita uma série de questões. O destino de certa forma comum que supostamente as economias teriam na atualidade, decorrentes do chamado processo de globalização, representa em maior ou menor grau o resultado da adoção, por parte dos dois países, de políticas econômicas semelhantes, principalmente a partir da década de 1990.

O impacto destas políticas comuns de alguma maneira inverteu um padrão de desenvolvimento dos dois países que já vigia por mais de seis décadas. A partir de 1930 e até a década de 1980, sistematicamente o Brasil apresentou taxas de crescimento superiores às argentinas. Se nos anos da década de 1920 a economia portenha superava a brasileira em torno de 20%, já em 1950, e pela primeira vez, a renda nacional brasileira viria a ser superior à argentina.¹ No presente o PIB brasileiro é ainda superior ao argentino, em que pese a inversão nas taxas de expansão do produto, com a economia do país vizinho crescendo a taxas superiores às nacionais desde o início dos anos noventa.

¹ Veja a este respeito PRADO, Luiz Carlos Delorme “Conflito e cooperação nas relações econômicas Brasil Argentina”. *Anais do V Encontro Nacional de Economia Política*, Fortaleza, junho de 2000.

Estas observações iniciais servem de reforço e estímulo ao objetivo central deste trabalho, qual seja, comparar as políticas econômicas efetivadas pelo Brasil e pela Argentina na década que se segue ao final da II Guerra Mundial, e com isto procurar entender até que ponto a ação estatal na economia naqueles anos ajuda na explicação das diferentes performances dos dois países nos anos seguintes.

Certamente, a comparação de experiências históricas como se pretende aqui, ainda que tratada de maneira preliminar, não é uma das tarefas mais simples, mesmo quando circunscrita a específicos e bem delimitados períodos históricos. A variedade de temas relacionados às diferentes situações e espaços nacionais é extremamente diversificada, e envolve um grande número de aspectos que podem comprometer a relevância do próprio cotejamento proposto e no final se revelar improcedente.

Entretanto, a comparação que se pretende fazer encontra respaldo em autores e estudos dos mais categorizados. Na delimitação deste estudo deve ser lembrado, antes de qualquer coisa, que são dois países latino-americanos, o que ao mesmo tempo em que expõe uma singularidade, significa um número não desprezível de dificuldades. Desta forma, se Argentina e Brasil já eram, em meados da década de 1940, os principais países da América do Sul em termos econômicos, e enfrentaram uma conjuntura econômica, sobretudo internacional, bastante problemática, nem por isto se pode descurar das grandes diferenças que se apresentavam concretamente para cada um naquele momento, além das óbvias diferenças de formação histórica, econômica, política, social e cultural, entre tantas.

A despeito destas dificuldades há um número significativo, pela qualidade que apresentam, de trabalhos dentro da perspectiva de história econômica comparada, que autorizam o tema que aqui se pretende desenvolver. Como escreveu Carlos Marichal

Hacer la historia de América Latina constituye un desafío permanente en la medida que se trata de un esfuerzo por abordar, comparar y contrastar una multiplicidad de realidades geográficas, políticas, económicas, sociales y culturales. Implica por consiguiente, una labor de historia comparada no sentido más lato del término. Pero, en verdad, no todos los aspectos de la historia son siempre comparables. En todo caso, hay temas y problemas que pueden abordarse de manera más productiva desde una óptica comparativa y otros que requieren más bien un enfoque singular y específico. Por ello, suele correrse el riesgo - al hacer la historia comparada - de fracasar en ese difícil empeño. Pero también se ofrece la posibilidad ... del éxito, lográndose abrir ventanas amplias y renovadoras para problemas que interesan a los "latinoamericanistas" de ésta y otras latitudes².

O recorte que se estabeleceu neste artigo parte do suposto que é possível analisar os dois países de modo a permitir uma comparação consistente. Ou seja, de modo que a comparação enseje alguma explicação para o desenvolvimento posterior ocorrido nestes dois espaços nacionais, que apresentaram

semelhanças e disparidades marcantes. De fato, o móvel de estabelecer a comparação aqui pretendida baseia-se, principalmente, na inversão ocorrida nos dois países nos seus respectivos desenvolvimentos econômicos nos anos que se seguiram ao período aqui estudado. Portanto, ao se analisar a política econômica do Brasil e da Argentina nos dez anos seguintes ao final da Segunda Guerra, intenta-se contribuir com uma pequena parte na explicação desta importante questão.

Argentina e Brasil: semelhanças e diferenças.

Para balizar adequadamente a comparação entre estes dois países devem se estabelecer inicialmente alguns pontos. Para além da questão regional, sul-americana e da origem colonial comum, outras tantas semelhanças aparecem, sobretudo quando consideradas dentro do período aqui tratado. Entretanto, e ainda que ligeiramente, não devem ser olvidadas as diferenças na história econômica, que repercutem sensivelmente na sua formação e no seu desenvolvimento. Sem dúvida, o expressivo desempenho da economia argentina a partir dos anos setenta do século XIX está ligado decisivamente à sua inserção no mercado internacional como exportador de carne, couro e grãos que, crescendo expressivamente, permitiu ao país ter um desempenho econômico notável.

Na literatura sobre a história econômica argentina é consensual o registro do expressivo crescimento do país no final do século passado até os primeiros anos do século XX. As pesquisas registram que a expansão das taxas de produto argentino eram recordes na virada do século até o início da Primeira Guerra Mundial e, tão importante quanto, que poucas economias mostravam um desempenho tão expressivo. As informações disponíveis indicam que o produto argentino cresceu 3,7% entre 1875 e 1896 e daí até 1912 em torno de 2,3%. Deste ano até 1928 houve uma acentuada reversão na taxa de crescimento, que caiu para -0,1% tendo novamente voltado para 2,3% nos vinte anos seguintes para cair novamente para 0,3% até o início da década de 1960³.

Estes mesmos dados também informam que até meados da década de 1970 a economia argentina teria apresentado taxas de crescimento em torno de 2,5% para cair dramaticamente até a segunda metade

² MARICHAL, Carlos. "Prologo" in DIAZ FUENTES, Daniel *Crisis y cambios estructurales en América Latina Argentina, Brasil y Mexico durante el periodo de entreguerras*. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1994. p.7.

³ Cf. CORTÉS, Conde "El crecimiento economico de la Argentina en el largo plazo" citado em LEWIS, Colin "The Argentine: from economic growth to economic retardation (1850s-1980s) - a review of the economic and social history literature". mimeo. Trabalho apresentado no XIIth International Economic History Congress. Madrid, 1998. p. 2. A principal razão para o crescimento teria sido que "...Entre fines de siglo y la primera década del nuevo se pasó de una ganadería que extraía cueros a otra productora de carnes para exportación, con un valor agregado mayor. Ello se debió a dos circunstancias. Por un a la disponibilidad de una tecnología, la del barco frigorífico (ya que el país ubicado en el Atlántico Sur no podía competir con los Estados Unidos en envío de ganado en pie a Gran Bretaña), por otro, a la modificación de los *stocks* ganaderos, para lo que se debieron importar reproductores británicos que mejoraron la calidad de la carne, y la diferente uso de la tierra, para lo que se implantaron pasturas en vastas extensiones de campos naturales. Todo ello supuso un cambio de la

dos anos de 1980. Embora tenha escapado muito do período que aqui se pretende analisar, estas informações são importantes já que subsidiam uma parte da historiografia econômica argentina que tenta explicar, de várias maneiras, esta inflexão tão acentuada no desempenho daquela economia nacional. Não faltam exemplos que expressam uma certa decepção com o que seria uma oportunidade perdida pela Argentina, de estar hoje no rol das principais economias capitalistas. Várias são ou foram as tentativas de explicação para o que seria o erro argentino, qual seja, o de não ter mantido taxas de crescimento suficientemente elevadas para que cumprisse seu destino esperado de desenvolvimento econômico que, para alguns, deveria transformá-la nos Estados Unidos da América do Sul. Como explicar que depois da Segunda Guerra Mundial a Argentina tenha perdido tanto sua pujança econômica? Há uma marcada decepção com este fato e isto percorre boa parte dos estudos sobre a história econômica argentina. Carlos Diaz Alejandro anota que o declínio argentino constitui-se "...em uma das mais enigmáticas e mal compreendidas histórias nacionais na literatura do desenvolvimento". Kathryn Sikkinn, também citando Diaz Alejandro, escreveu "one of the great puzzles of Latin American economic history is how Argentina, once so wealthy and promising, fell far behind Brazil in growth and industrial development"⁴

A questão do desenvolvimento argentino inspira portanto uma comparação com o vizinho Brasil. Cabe lembrar aqui, de forma breve, que se existem semelhanças entre os dois países nas respectivas formações históricas (como o passado colonial), outros tantos elementos explicam a notável diferença entre os dois países, sobretudo quando se toma como referência os números do início do século. Assim, entre 1900 e 1913 embora os dados sobre o desempenho econômico brasileiro sejam positivos e expressivos, a diferença está no crescimento médio anual da renda por habitante na Argentina, em torno de 2,5%, enquanto que a brasileira estava em torno de 1,4%⁵.

inversión y en la tecnología, al que los productores respondieron eficientemente. Cf. CORTÉS Conde, Roberto. *Progreso y declinación de la economía argentina*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1998. p.25.

⁴ A idéia da Argentina como um novo Estados Unidos localizado na América do Sul está em RANDALL, Laura: *An Economic History of Argentina in the Twentieth Century*. New York: Columbia University Press, 1978. Um pensador dos mais decepcionados com o desempenho econômico no pós Segunda Guerra é Paul Samuelson. Para tanto, veja PORTANTIERO, Juan Carlos: "Political and Economic Crisis in Argentina" in DI TELLA, Guido e DORNBUSCH, Rudiger (eds): *The Political Economy of Argentina, 1946-83*. London: The Macmillan Press, 1989. As citações de Carlos Diaz Alejandro estão em LENZ, Maria Heloisa: "Auge e Declínio da Economia Argentina" *Anais III Encontro de Nacional de Economia Política*, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1998 e SIKKIN, Kathryn. *Ideas and Institutions Developmentalism in Brazil and Argentina*. Ithaca, Cornell University Press, 1991.

⁵ Cf. LEWIS, C. *op cit.* p.4. O crescimento médio da renda argentina neste período só foi inferior ao Canadá (3,3%). Supera os Estados Unidos (2,0%), México (1,8%) Austrália (1,1%) e Reino Unido (0,7%). Por sua vez, o Brasil apresentou neste período um crescimento econômico bastante apreciável. "Após quase uma década de estagnação econômica, entre 1900 e 1913 o produto agregado cresceu a uma taxa média superior a 4% ao ano, a formação de capital na indústria prosseguiu em ritmo ainda mais acelerado, realizou-se gigantesco esforço de reaparelhamento do sistema de transporte através de grandes obras portuárias e ferroviárias mantendo-se, além disso, relativa estabilidade de preços". FRITSCH, Winston: "Apogeu e crise na Primeira República" in ABREU, Marcelo de Paiva (org.) *A ordem do progresso cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

As diferenças econômicas continuaram marcantes por muitos anos ainda. Em 1920 o produto interno bruto argentino era da ordem de 5.336 milhões de dólares e o brasileiro 4.410, enquanto as respectivas populações eram de 8.861 e 27.404 mil de habitantes. Assim, a renda por habitante da argentina era quase quatro vezes a brasileira. Selecionando os mesmos dados para 1929 tem-se um produto de 8.783 para a Argentina e 5.887 milhões de dólares para o Brasil, o que exprime o maior vigor da economia portenha. As respectivas populações chegavam a 11,6 e 32,9 milhões de habitantes. Mais de uma década depois da Grande Depressão, em 1940, o PIB argentino era de pouco mais de 10 bilhões de dólares, enquanto o do Brasil estava em torno de 8 bilhões. As respectivas populações eram de 14.169 e 41.114 mil habitantes.⁶

As informações acima expostas demonstram a maior dimensão da economia argentina, quando comparada à do Brasil. Mais do que isto, elas tornam ainda mais intrigante e interessante tentar descobrir as razões para o que Diaz Alejandro denominou como *puzzle*. Evidentemente, a comparação que aqui se pretende fazer não tem e nem terá o poder de explicar por completo questão tão complexa e abrangente, mas apenas tratar de um ponto específico da história dos dois países para que se possa, eventualmente, entender a perda de dinamismo da economia argentina, ou a frustração da expectativa de crescimento constante. Ainda trabalhando com os dados referentes ao crescimento do produto *per capita*, verifica-se que é por demais aguda a queda nas taxas na Argentina quando comparada a outros países.

Tabela I: Comparação da performance econômica
Taxa média anual de crescimento da renda per capita

Período	Argentina	Brasil	México	Austrália	Canadá	Reino Unido	Estados Unidos
1913-50	0,7	2,0	1,0	1,1	1,5	0,8	1,6
1900-50	1,2	1,8	1,2	0,8	2,0	0,8	1,7
1950-73	2,1	3,8	3,1	2,5	2,9	2,5	2,2
1973-87	-0,8	2,2	0,9	1,5	2,2	1,5	1,5
1950-87	1,0	3,3	2,3	2,1	2,0	2,2	1,9
1900-87	1,1	2,4	1,6	1,4	2,3	1,4	1,8

Fonte: MADDISON, A. *Monitoring the World Economy 1820-1992*. Paris, OECD, 1995

A despeito dos intervalos longos em que são apresentados os dados, é notável a perda de dinamismo da economia argentina tanto frente às economias mundiais mais importantes, mas sobretudo diante das economias latino-americanas como o Brasil e o México. A inversão na tendência do dinamismo

⁶ Para dados completos da Argentina, do Brasil e do México entre 1920 e 1940 ver DIAZ, FUENTES *op cit* pp. 293 e

da Argentina para o Brasil é marcante, sendo este país em todos os intervalos considerados, com exceção de um, o que apresenta as maiores taxas de crescimento. As informações disponíveis permitiriam outras análises, de variadas naturezas, na busca de explicação do quebra-cabeça de que se constitui o entendimento de tão acentuada queda de dinamismo como a experimentada pela Argentina. Evidentemente a perda de dinamismo da outrora tão promissora economia argentina não passou despercebida pelos estudiosos argentinos e de outras nacionalidades. Recorrentemente nas pesquisas e trabalhos feitos sobre a sociedade e economia argentinas se observa a referência a um passado glorioso e à chance que se perdeu de estar hoje no bloco das nações ricas e desenvolvidas. Não por outra razão, observa um importante estudioso da realidade portenha que a palavra enigma, “más propia de las novelas policiales, está presente en los títulos de algunos libros significativos o en la interrogantes de diversos autores”⁷ Certamente se avançou consideravelmente na explicação deste enigma, para alguns mito, ou como já se observou, quebra-cabeças. A própria comparação que aqui se pretende fazer pode auxiliar no desvendamento deste mito já desmistificado. Desta forma, quando se observa o período de 1950 até 1973, considerado como de maior crescimento econômico até então conhecido, verifica-se que as oportunidades foram aproveitadas de melhor forma pelo Brasil – que cresceu em torno de 4% a.a. - do que pela economia argentina - que cresceu a taxas aproximadas àquelas dos países desenvolvidos, por volta de 2%.

Uma questão tão interessante como esta não poderia ser desconsiderada pelos estudiosos das chamadas ciências sociais. Vários trabalhos recentes analisam, de diferentes óticas, a comparação entre a Argentina e o Brasil. Um exemplo interessante nesta perspectiva comparativa é o que leva em consideração as semelhanças porventura existentes entre o peronismo argentino e o varguismo brasileiro, dois movimentos de massa, heranças políticas das mais importantes e que tiveram larga repercussão nas duas sociedades. Considerados como expressões típicas do populismo na América Latina, suscitaram estudos importantes no âmbito das ciências sociais nos dois países e, como não poderia deixar de ser, ainda possibilitam pesquisas das mais relevantes sobre aspectos não contemplados nas análises anteriormente citadas⁸.

Nesta linha comparativa, os aspectos econômicos, entre outras razões pela magnitude dos valores apresentados, também mereceram importantes estudos. Além dos já citados - como o de Kathryn Sikkink e de Carlos Diaz Fuentes - há outros trabalhos, de diferentes perspectivas, que buscam esclarecer questões

seguintes.

⁷ Cf. RAPOPORT, Mario y colaboradores. *História económica, política y social de la Argentina*. Buenos Aires, Ediciones Macchi, 2000. Introducción p.I

⁸ Um bom exemplo é CAPELATO, Maria Helena Rolim: *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: FAPESP/Papirus, 1998.

e fazer cotejamentos relevantes⁹. Há portanto várias possibilidades analíticas para se pensar comparativamente as economias argentina e brasileira. Uma delas é a que será desenvolvida no próximo item..

Argentina e Brasil: a política econômica 1946-1955

A Segunda Guerra Mundial trouxe importantes alterações na vida econômica da Argentina e do Brasil, bem como para os outros países da América Latina. Como a Primeira Guerra e a depressão da década de 1930, o conflito da primeira metade da década de 1940 repercutiu nos países aqui considerados para além das questões puramente econômicas. Finda a guerra, Argentina e Brasil apresentavam, em alguns pontos, semelhanças importantes. Havia sido restaurada a democracia, com os respectivos presidentes, coincidentemente militares, eleitos pelo voto direto. Ademais, durante a década anterior argentinos e brasileiros assistiram a modificações relativamente importantes nas suas economias, qual seja, o crescimento da atividade industrial. A despeito de algumas diferenças, havia nos dois países um clima favorável à expansão industrial e ao desenvolvimento econômico.

A situação argentina de fato parecia favorável. Como resultado do fechamento provocado pela guerra, apresentava um elevado nível de reservas e dívida externa zerada. O nível de reservas era em torno de 1,7 bilhões de dólares entre ouro e divisas. Esta posição favorável em parte ajudou nas primeiras formulações do que seria a política econômica do início do governo de Perón, centrada no avanço do setor industrial, via substituição de importação e, não menos importante, num redesenho sócio-econômico do País. O presidente eleito Juan Domingo Perón partiu deste quadro virtuoso para implementar sua política econômica de cunho nacionalista, que seria baseada na expansão do gasto público, no reforço do papel do Estado na produção e na distribuição. Além disto, implementou uma política de distribuição de renda baseada na alteração dos preços relativos a favor dos assalariados e criou um sistema de incentivos e subsídios a favor da produção voltada para o mercado interno, desencorajando aquela voltada para a exportação¹⁰.

Geralmente se divide a gestão econômica do governo de Perón em duas fases. A primeira cobre o período 1946-1949 e a segunda o período 1950-1955. Na primeira aumentou-se a oferta monetária em

⁹ Veja, por exemplo, BÉRTOLA, Luis; PORCILE, Gabriel e EHLERS, Ricardo "Tecnologia, convergência e divergência econômica: Argentina e Brasil, 1900/1990" in *Economia e Sociedade*, UNICAMP, Instituto de Economia, Campinas (9), dezembro 1997. Um trabalho essencial para o entendimento da economia latino americana é THORP, Rosemary (compiladora): *América Latina en los años treinta. El papel de la periferia en la crisis mundial*. Fondo de Cultura Económica, México, 1988.

¹⁰ Cf. TORRE, Juan Carlos e DE RIZ, Liliana "The peronista decade" in BETHELL, Leslie. *Argentina since Independence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

250% e o gasto público, que passou de 16% para 29% do produto interno bruto. Os serviços públicos foram nacionalizados caindo sua participação no total do ativo fixo do país para 5% em 1955, quando na década de 1930 chegavam à metade do total. Entretanto, mais marcante foi o aumento da participação dos salários na renda, que passou de 39% para 46% entre 1946 e 1950, o que evidentemente implicou numa melhora sem precedentes nas condições de vida da população assalariada¹¹.

Um dos principais instrumentos da política econômica do peronismo foi o *Instituto Argentino para la Promoción y el Intercambio* - IAPI que detinha o virtual controle do comércio exterior da produção agrícola argentina. “El IAPI se constituyó, por lo tanto, en el único comprador de los cereales y oleaginosas, a los precios de adquisición fijados por el Estado y, luego de separar una parte para el consumo interno, procedía a vender los saldos exportables.” Pela importância e abrangência de sua atuação o IAPI se constituiu em um dos principais órgãos da gestão da política econômica¹².

Na historiografia econômica argentina há quem interprete que de fato não houve uma política econômica que se poderia considerar característica do peronismo e que a despeito da existência de dois planos quinquenais, toda ação da gestão esteve voltada antes de tudo para a consecução de objetivos que se poderia considerar como especificamente políticos em detrimento de metas consentâneas à uma política econômica mais realista. A economia estaria assim como refém de interesses políticos que visavam antes de tudo a consolidação do poder peronista, ou como já se anotou, haveria uma “hiper politização” da economia.

Uma discussão de tal importância não pode ser reproduzida no âmbito deste artigo. Importa considerar, entretanto, que as diferentes correntes interpretativas reconhecem que o primeiro governo peronista, de 1946 a 1955, deixou uma marca profunda sobre a economia argentina. A dimensão das mudanças operadas entre 1946 e 1949 evidentemente vai muito além das questões meramente econômicas, ainda que os números sejam expressivos. Na opinião de um analista dos mais categorizados: “Aunque mucho había cambiado desde la crisis de 1930, nada influyó tanto como el peronismo en la vida argentina

¹¹ Cf. FERRER, Aldo. *La economía argentina: las etapas de su desarrollo y problemas actuales*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1999, vigésima reimpressão. p.231

¹² Cf. RAPOPORT, M. *Op cit* p.413. O mesmo autor em seguida anotou: “Al persistir en el comercio exterior la dependencia de las exportaciones agropecuarias y al fijar los precios de las ventas al exterior, el IAPI fue uno de los principales instrumentos de la política económica del gobierno de Perón. Sus recursos sostuvieron la política de nacionalizaciones y ampliación de los servicios públicos; el fomento de la industrialización y la adquisición de productos importados tales como materias primas, bienes de capital y buques para la flota mercante. Ejercía también el control del uso de las divisas a través de tipos de cambio múltiple, permisos de importación y fijación de cuotas.” Para Gerchunoff, “o IAPI pode ser considerado como mais clara expressão da políticas econômica do peronismo.”. Ver GERCHUNOFF, Pablo: “Peronist Economic Policies” in DI TELLA, G. e DORNBUSCH, R. *op cit*.pp.57-58

de la segunda mitad de siglo. Podría decirse que en 1946 se inauguró una etapa en la que prevaleció una concepción distinta del Estado y la economía”¹³.

Seja como for, entre 1946 e 1948/9 os resultados foram notáveis. Cresceram o produto - chegou-se a 11,1% em 1947 - e como não poderia deixar de ser, os salários reais - em torno de 56% entre 1945 e 1948. Continuariam crescendo até o próximo ano, com o balanço comercial fortemente deficitário, a inflação em expansão, bem como o déficit público que passou de 7,2% para 17,8 do PIB entre 1946-1949. As mudanças nos indicadores macroeconômicos imporiam uma modificação na condução da economia. As autoridades reduziram o crédito e desvalorizaram discretamente o câmbio, levando a uma queda no produto, mas sem mudanças significativas na política distributiva, como bem expressa a variação positiva do salário real - de 156 em 1948 para 162 no ano seguinte¹⁴.

O agravamento das condições econômicas alcançou seu ápice em 1951. Cresceram os déficits na balança comercial - cerca de US\$ 300 milhões para um saldo de US\$ 142 milhões no ano anterior - e a taxa de inflação mais que dobrou frente à de 1950. Ademais, caiu o produto industrial e já a partir de 1951 apresentam-se severos e crescentes déficits na balança comercial. A partir de 1952 houve uma alteração marcante na condução da política econômica. De certa maneira, pode-se afirmar que houve uma revisão mais ou menos aguda nas novas prioridades da gestão estatal. Passou-se a privilegiar mais a estabilidade que o crescimento, a produção mais que o consumo. O setor agrícola, que efetivamente gerava divisas, ganhou peso - sobretudo através da política creditícia - frente à indústria e, importante, houve uma abertura para o capital estrangeiro, inclusive para a exploração de petróleo. As políticas monetária e fiscal tornaram-se mais restritivas, e apesar do discreto aumento na taxa de juros, ela permaneceu negativa com o intuito de viabilizar o investimento produtivo. Os preços ao consumidor que variavam entre 13% e 20% entre 1945 e 1948 chegam a mais de 30% em 1949 e permanecem neste patamar até pelo menos 1952, quando, em função da reversão da política econômica, a inflação se estabiliza em torno de 4% para 1954-55¹⁵.

A exemplo do Brasil, as autoridades argentinas descartaram a desvalorização de sua moeda para combater o déficit comercial e aumentar a renda do setor exportador. A situação do comércio internacional

¹³ Cf. CORTÉS Conde, Roberto. *Progreso y declinacion de la economia argentina*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1998. p.47.

¹⁴ Considerando 1945 como base 100.

¹⁵ Um indicador dos equívocos da política econômica dos primeiros anos do governo Perón pode ser expresso pelo documento do Consejo Económico Nacional (“Examen de la situación económica del país de enero de 1949”): “According to this official document, at the end of 1948 IAPI had storage linseed oil equivalent to three years of domestic output, two years’ production of oats, over one year’s production of fats, and almost seven millions tons of wheat and corn, in addition to important quantities of other agricultural commodities”. Cf. MALLON, R. D. e SOURROUILLE, J.V. *Economic policy making in a conflict society: the argentine case*. Cambridge, Harvard University Press, 1975.

nestes anos do imediato pós-guerra era problemática, mais ainda para a Argentina, que sofria sanções dos Estados Unidos pela sua neutralidade durante a Segunda Guerra. Adicionalmente, deve ser lembrado que a libra esterlina fora declarada inconversível e desvalorizada em 1949, o que inviabilizava o tradicional comércio triangular feito pelo país com os Estados Unidos, principais exportadores para Argentina, e a Inglaterra, principal importadora dos produtos argentinos.

As ações do início do governo peronista, melhor dizendo suas propostas de política, mudaram ao longo do período - embora mantivessem sua essência de proteger as atividades domésticas. Frente aos problemas originários do desestímulo às exportações e de uma agressiva política distributiva, houve que se modificar as ações da política econômica a partir de 1952 para fazer frente às dificuldades que cresciam dentro da economia. Os incentivos dados à agricultura fizeram parte da tentativa de diminuir as dificuldades externas, bem como a imposição de contingenciamento nas importações, aplicadas também pelo temor da escalada da Guerra da Coréia. A política de juros reais negativos, se por um lado beneficiava o controle da dívida pública, por outro levou, nos primeiros anos, a uma fuga da moeda doméstica e a um ágio crescente para moedas com conversibilidade.

A despeito de suas especificidades, o caso argentino demonstra as dificuldades das economias periféricas no problemático quadro depois da Segunda Guerra, quando os Estados Unidos passam definitivamente a exercer sua hegemonia política, militar e econômica. O primeiro governo de Perón terminou em 1955, quando foi deposto por golpe militar e a historiografia argentina é quase que unânime em reconhecer que os fatores de natureza econômica não podem ser considerados como os mais importantes para a sua saída. Entretanto, ainda que a administração peronista tivesse vocalizado a sua relativa independência frente aos Estados Unidos como de certa forma demonstra a neutralidade argentina durante a II Grande Guerra, nem por isto deixou de pagar o preço desta ousadia. A discriminação contra as exportações argentinas para a Europa sob o Plano Marshall são uma prova bastante significativa do custo associado a esta postura.¹⁶

Esta breve e incompleta descrição da política econômica do período 1946-1955 na Argentina, quando contraposta à experiência brasileira no período considerado, apresenta algumas semelhanças, mas notáveis diferenças. O período peronista argentino corresponde a três presidentes no Brasil, o que entretanto não significa mudanças muito acentuadas na condução da política econômica. Entre 1946 e agosto de 1954, ou seja, da posse de Eurico Gaspar Dutra até a morte de Getúlio Vargas, houve uma

¹⁶ Sobre a política externa norte-americana para a América Latina veja AYERBE, Luis Fernando: "As relações dos Estados Unidos com a América Latina após a Segunda Guerra Mundial: política hegemônica e alternativas de desenvolvimento. Tese de doutoramento. FFCLH, Departamento de História, USP, 1992.

continuidade na gestão econômica. A despeito das propostas de liberalizar a economia dos controles do Estado Novo, pode-se afirmar que houve uma notável continuidade entre Dutra e os dois governos - o que o precedeu e o que o sucedeu.

Na verdade, poder-se-ia tomar este período como o do varguismo. Entretanto, esta suposta unidade não esconde diferenças importantes na condução da política econômica. A marca da administração Dutra (1946-1950), sobretudo no seu primeiro ano, foi a tentativa de relaxar os controles estatais sobre a economia, herdados da ditadura do Estado Novo e da excepcionalidade do período da guerra. A par do fechamento de órgãos públicos que detinham algum controle sobre a atividade econômica, o novo governo brasileiro de 1946 inovou ao executar uma política cambial e de importação liberadas. Dispondo de inusitado saldo cambial - em torno de US\$ 700 milhões - e preocupado com o combate à inflação permitiu-se a liberdade no uso das cambiais para abastecer o carente mercado interno. Houve sem dúvida uma proposta explícita de efetivar uma política econômica liberal.

Este liberalismo alcançou também as políticas econômicas internas consubstanciadas no equilíbrio orçamentário, na diminuição da participação do Estado na atividade econômica e no corte/diminuição dos gastos públicos. Este lado da política econômica foi o que mais fôlego teve na segunda metade dos anos de 1940. Foi, entretanto, na política econômica externa que aconteceram os fatos mais significativos da administração Dutra, pois havia uma expectativa de que os Estados Unidos colaborariam especialmente com o Brasil, que era o principal aliado político e parceiro comercial na América do Sul, para o tão ansiado desenvolvimento naquele início dos tempos de paz.

Ademais, o Brasil colaborara diretamente com o esforço de guerra norte-americano, sendo o único país da América do Sul a enviar um contingente militar para combater durante a II Guerra. Havia portanto grande expectativa de uma colaboração especial para com o aliado que, acreditava-se, desenvolvera uma "relação especial" com os Estados Unidos. A história da política econômica destes anos revela em parte esta frustração pois embora os Estados Unidos investissem no Brasil, não o fizeram na proporção que a economia brasileira necessitava.

A carência de dólares e os equívocos na condução da política cambial levaram a profundas modificações na condução da economia brasileira. Decorrido pouco mais de um ano de governo, este se viu obrigado a impor controles sobre as operações externas, já que as divisas em moedas conversíveis praticamente desapareceram por conta da liberalidade do primeiro ano. Na verdade, o montante de divisas em dólares americanos era de cerca de 12% do total amealhado nos anos da guerra, ou seja, pouco mais de US\$ 90 milhões, quantia desproporcional às necessidades de investimento da economia nacional. Esta situação serve para explicar também a má avaliação feita pelas autoridades brasileiras do problemático

quadro da economia internacional nos anos imediatamente seguintes ao final da guerra, já que se esperava por uma rápida normalização dos fluxos de capital e produtos, o que efetivamente não ocorreu.

A exemplo da Argentina, o Brasil também dispunha de saldo em libras esterlinas. Os acordos feitos em função destes saldos também serviram para a transferência das depreciadas ferrovias inglesas para a União e para abater parte da dívida brasileira com a Inglaterra. Não se deve esquecer que a libra foi declarada inconvertível em 1947 e desvalorizada dois anos depois, o que serviu para agravar ainda mais a situação das contas externas brasileiras.

O controle sobre o uso de cambiais possibilitou o crescimento do produto industrial. Além disto, a não desvalorização do cruzeiro frente ao dólar levou a um processo bastante significativo de transferência de renda a favor da indústria, como provam as taxas de crescimento industrial da ordem de 11% ao ano entre 1948 e 1950, para um produto que crescia em torno de 6,5%. A situação da economia brasileira melhorara no final do período em função da instauração do regime de orçamento de câmbio com licença para importação e pela aguda elevação do preço do café, que mais do que duplicou entre 1948 e 1950¹⁷.

Ainda sobre a política econômica do período 1946-1950 no Brasil cumpre notar que seu padrão ortodoxo foi mais bem sucedido na esfera doméstica, com a execução das políticas monetária e fiscal contracionistas, as quais lograram combater adequadamente o déficit público e diminuir o crédito para o sistema produtivo. A queda da inflação daí derivada significou também a queda no nível de produto, o que serviu para erodir a própria política então efetivada. Como em outras situações na vida econômica brasileira, à contenção do Ministério da Fazenda se opôs a liberalidade do Banco do Brasil na concessão de crédito, em boa medida por pressão dos interesses industriais, que como já se observou, estava apresentando altas taxas de crescimento.

Ao término do governo Dutra estavam em expansão o produto e a inflação. Deve ser observado que a renda crescia em parte pela liberação das importações, sancionadas pela excepcional elevação dos preços do café e pela possibilidade do agravamento da Guerra da Coréia. Se por um lado havia o desequilíbrio das contas públicas, por outro havia mudado a postura do governo norte-americano com relação ao financiamento do desenvolvimento brasileiro.

A volta de Getúlio Vargas ao poder em eleições diretas aconteceu dentro de uma perspectiva de mudança da atitude norte-americana frente às necessidades de financiamento, principalmente em projetos de infra-estrutura. Depois da frustração das expectativas do governo Dutra, a criação da Comissão Mista Brasil Estados Unidos no final de seu governo abria possibilidades positivas, uma vez que a Comissão

¹⁷ As informações referentes à administração Dutra estão em VIANNA, Sérgio Besserman: "Política Econômica Externa e Industrialização: 1946-1951". In: ABREU, Marcelo de Paiva. *op cit*

expressava a nova postura norte-americana quanto à colaboração com os países pobres, conforme declarara Harry Truman ao reassumir a presidência dos Estados Unidos¹⁸.

Houve uma estratégia mais definida do governo que assumiu em 1951, pois a ajuda americana serviria para a expansão dos investimentos em infra-estrutura, o que serviria também de atrativo para o tão esperado afluxo de capital estrangeiro. Este, que seria o lado externo da política econômica, seria viabilizado pelo equilíbrio das contas públicas e por uma política monetária restritiva para combater a inflação. A proposta da política econômica estava escudada nestas duas frentes ou, como anunciou o próprio Vargas, numa fase de contenção e de combate à inflação inspirada na gestão de Campos Salles na virada do século XIX, que seria seguida de outra, de crescimento econômico, a exemplo do governo de Rodrigues Alves.

Vários fatores comprometeram o sucesso da política econômica originalmente proposta. A pressão das importações, crescentes já no final do governo anterior, continuaram em função da precariedade do abastecimento do mercado interno, e acicatadas pela melhoria das receitas de exportação e da política inflacionária. Na verdade, houve um descontrole por parte das autoridades econômicas na condução da política econômica externa, o que também estava relacionado à forma como os detentores de licenças de importação podiam usá-las, ou seja, dependendo do tipo de produto a ser importado existia uma defasagem de 6 meses a um ano - o que diminuía a eficácia dos controles quando se queria atuar mais agudamente na perda das reservas.

No *front* interno a política econômica foi feita como proposto, ou seja, redução do déficit público, superávit fiscal e diminuição dos gastos com os estados. Entretanto, este processo foi rapidamente revertido - já em 1952 - por problemas fiscais com o estado de São Paulo. Já o Banco do Brasil, com sua independência frente ao governo federal, agia aumentando o crédito, que crescia também por conta dos desequilíbrios externos. Apesar do crescimento do produto real - 5% em 1951 e 7,3% em 1952, a inflação cresceu de 12 para 17%. Com o câmbio apreciado, aumento no crédito e crescimento das importações, cresceu a taxa de investimento da economia.

A partir de 1953 houve um agravamento das condições econômicas oriundas sobretudo da área externa, com a vitória do Partido Republicano nas eleições presidenciais norte-americanas - o que comprometeu as propostas da Comissão Mista Brasil Estados Unidos. De outro lado, o fracasso no combate à inflação começou a erodir a base de sustentação política do governo. A partir disto ocorreram

¹⁸ Sobre economia e política econômica no segundo governo de Vargas ver VIANNA, Sérgio Besserman. *A Política Econômica no Segundo Governo Vargas*. 11.o Prêmio BNDES de Economia. Rio de Janeiro: BNDES, 1987. A descrição aqui feita baseia-se fundamentalmente neste trabalho.

mudanças importantes na condução da política econômica, com destaque para as alterações na área externa, com a mudança no regime cambial criando o sistema de taxas múltiplas - cujo objetivo era incentivar as exportações deprimidas pela valorização cambial. Os resultados, entretanto, foram aquém do esperado e os atrasados comerciais continuaram a se expandir. Em junho de 1953 Vargas procedeu a uma reforma ministerial não apenas por conta das dificuldades da economia mas também visando a sustentação política de seu governo.

Os resultados da modificação na política cambial efetivados em outubro de 1953 foram positivos, o mesmo não acontecendo no combate à inflação, em função uma série de compromissos do Estado e pelo aumento de 100% do salário mínimo. Por outro lado, as condições climáticas nos países produtores de café na África e América Central e a geada ocorrida no Brasil levou a uma diminuição da oferta mundial e acentuado aumento de preços. Houve uma campanha nos Estados Unidos contrária ao consumo do principal produto de exportação brasileiro, com reflexos negativos na receita de divisas. O programa econômico consubstanciado no chamado Plano Aranha também começou a mostrar suas limitações por conta da inflação decorrente da desvalorização cambial implícita no sistema de taxas múltiplas.

O trágico desfecho do governo Vargas se deu em condições econômicas adversas, diferentes daquelas propostas quando do início de seu governo, o que levou a uma conjuntura política e econômica desfavorável ao governo, piorada consideravelmente com o atentado a um dos principais opositores do Presidente.

Considerações finais

Até que ponto esta rápida descrição das políticas econômicas efetivadas na Argentina entre 1946 e 1955 e no Brasil entre 1946 e 1954 contribuem para explicar a acentuada divergência nos rumos do desenvolvimento destas duas economias nos anos posteriores? Até que ponto as medidas encetadas de política econômica explicam, ou ajudam a explicar, desempenhos econômicos tão diferentes? Os respectivos legados de Perón e Vargas marcam seus países de maneira indelével. A novidade na condução da política econômica no início da administração peronista caracterizou-se pela forte ação estatal, deliberada política distributiva e incentivo à produção industrial doméstica, ao contrário da brasileira que, sem Vargas mas sob sua herança, esforçou-se por desregulamentar e liberalizar a economia. Em ambos os casos, as propostas foram de curto fôlego mas os resultados, a despeito dos equívocos cometidos, foram positivos.

Não resta dúvida de que o raio de manobra para as duas economias ao longo do período aqui considerado se tornou bastante reduzido, embora a Argentina fosse uma economia bem mais desenvolvida

e articulada que a brasileira ao final da Segunda Guerra. Deve ser lembrado que a invejável posição da economia portenha nestes anos da segunda metade da década de 1940, quando exibia uma renda maior que alguns países europeus - como a Itália e a Espanha - ensejou um grande número de trabalhos visando explicar porque tantas oportunidades de desenvolvimento foram perdidas¹⁹.

A breve descrição da política econômica por si só é insuficiente para explicar esta questão tão complexa. No entanto, nos três primeiros anos da administração peronista, a deliberada política distributiva permitiu a incorporação de um contingente significativo de trabalhadores, o que se refletiria no futuro para além das questões econômicas. Juan Domingo Perón marcou indelevelmente a sociedade argentina não apenas pela política distributiva mas por criar uma cisão entre o peronismo e o anti-peronismo, que percorreu toda a sociedade argentina. Este estudo preliminar aponta para a importância de se considerar, ao lado das questões de política econômica, as da política propriamente, ou melhor, da instabilidade política quase que permanente - para que se entendam melhor as razões da perda do ritmo de crescimento econômico na Argentina. Como apontaram os diversos trabalhos consultados sobre a história e economia argentinas, a baixa institucionalização da vida política parece explicar mais adequadamente a perda do ritmo de crescimento, posto que a sociedade argentina não logrou criar instâncias e instrumentos adequados para arbitrar os conflitos inerentes ao processo de desenvolvimento. Este aspecto, esta baixa institucionalização da sociedade argentina é apontada pela quase totalidade dos estudos sobre que intentam uma explicação para o quebra-cabeça argentino como apontou Carlos Diaz Alejandro.

Tentou se mostrar acima que houve uma reversão acentuada na condução da política econômica do primeiro peronismo. A primeira fase, que durou até pelo menos 1951, é considerada como um exemplo típico de populismo econômico. Como apontou Bresser Pereira "... o populismo econômico está baseado em um distributivismo ingênuo e em um desenvolvimento que não mede custos. Desenvolvimento econômico e distribuição de renda são entendidos como dois objetivos que podem ser alcançados com relativa facilidade pelo, de um lado, aumento dos investimentos e dos gastos sociais do Estado e, de outro, pelo aumento dos salários."²⁰

¹⁹ Para uma bibliografia sobre a economia argentina veja-se TORRES, Juan Carlos e De RIZ, Liliana "Argentina since 1946: Economy" in BETHELL, Leslie (Editor): *The Cambridge History of Latin American, Bibliographical Essays*, v. IX. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. Para uma revisão crítica da literatura sobre história econômica e social argentina ver LEWIS, Colin: *Op cit.*

²⁰ Cf, BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos "Prefácio" in BRESSER PEREIRA (org.) *Populismo econômico: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina* São Paulo, Editora Nobel, 1991 p.3. Convém observar que para este autor a administração peronista foi guiada pelo populismo econômico ao contrário de Vargas que seria considerado populista na acepção política com que se usa este conceito. Outro exemplo de populismo econômico seriam os dois primeiros anos da administração Sarney no Brasil – 1985-1986.

Haveria portanto uma certa inobservância de preceitos racionalidade da política econômica que sancionariam gestões populistas quanto à economia. Entretanto, a análise da política econômica apenas quanto aos seus preceitos que seriam racionais ou mesmo menos irracionais desconsiderariam questões de natureza mais qualitativa que são fundamentais para a explicação de certas posturas quanto à política econômica. O caso argentino dos primeiros anos do pós Segunda Guerra obedeceu a lógicas que escapam de questões puramente econômicas. Havia que se lidar com uma situação de rápida urbanização: Buenos Aires recebeu cerca de 1 milhão de migrantes entre 1935-45 e desde o final da guerra acreditava-se e, não apenas na Argentina como também ao seu norte, no perigo do avanço comunista. De outra forma há que se considerar também que o peronismo deve ser entendido como um canal importante para mobilidade social, certamente um aspecto essencial para se entender a própria política econômica daqueles anos.²¹

Assim, é compreensível a questão que os argentinos chamam de falta de marcos institucionais que inviabilizaram as tentativas de reformar os efeitos da política econômica peronista. As medidas que visavam corrigir estes efeitos, como equilíbrio das contas externas e fiscais, combate à inflação ao afetar os precários equilíbrios políticos que lhe davam sustentação invariavelmente desembocavam em novas crises com prejuízos políticos e econômicos.²²

A questão do desenvolvimento brasileiro está certamente mais diretamente relacionada às ações de política econômica dos governos de Vargas. A intenção industrializante desde os anos da década de 1930 ganhou mais corpo a partir da década de 1940, quando o Estado passou a produzir insumos essenciais e ficou mais explícita na primeira metade da década de 1950. Em boa medida o bem sucedido Plano de Metas se deveu em parte às ações tomadas no período 1951-1954 - ainda que o quadro da política econômica não tenha sido dos mais promissores. Entretanto, talvez a contribuição mais marcante de Vargas tenha sido política, ao viabilizar a ação do Estado brasileiro naquilo que se consagrou chamar de *Estado Desenvolvimentista*, que congregou no seu interior as frações capitalistas locais e estrangeiras, além do capital estatal, permitindo uma certa arbitragem dos ganhos e perdas do processo de crescimento.

No entanto, adicionalmente, é preciso considerar que se o Estado Desenvolvimentista permitiu a convergência de diferentes interesses no seu interior - o famoso tripé composto pelos capitais estrangeiros,

²¹ Este aspecto reforça a idéia acima exposta de hiper politização da política econômica. Colaboraram para tal um grande aumento do número de trabalhadores sindicalizados e uma política ativa de benefícios sociais. Sobre a questão da ascensão social e o peronismo veja DEVOTO, Fernando J. "Para una história de la Argentina en el siglo XX" Trabalho apresentado no II Encuentro con America Latina: História y Literatura entre dos finales de siglo. Valência, Espanha, 06 -10 de março de 2000 Ao anunciar sua política de austeridade em fevereiro de 1952 Peron explicou: "The justicialista economy asserts the production of the country should first satisfy the needs of its inhabitants and only export the surplus; the surplus, nothing more. With this theory, the boys here, of course, eat more each day and consume more, so that each day the surplus is smaller. But these poor guys have been submerged for fifty years; for this reason I have let them spend and eat and waste everything they wanted to for five years....but now undoubtedly must begin to reorder things so as not waste any more." Cf. MALLON, R. et all. *Op cit.* pp.11-12.

nacional e estatal para até pelo menos a crise da dívida do começo dos anos de 1980 que sancionava o mecanismo de *fuga para frente* -, não se deve descurar de outras razões que podem explicar um certo pragmatismo brasileiro na explicação das diferenças de crescimento brasileiro e argentino no decênio posterior à Segunda Guerra e em boa parte dos anos seguintes. Certamente o Brasil não pode ser considerado um bom exemplo de manutenção de regras e na construção de um aparato institucional adequado.

As rupturas institucionais na vida brasileira não implicaram em substituição do Estado Desenvolvimentista e, talvez o melhor exemplo seja o do movimento militar de 1964. Esta continuidade por certo ajuda na compreensão das diferenças entre Argentina e Brasil e seus respectivos crescimentos econômicos. A sociedade brasileira não vivenciou uma fratura como a argentina, advinda do peronismo e na *huella profunda* deixada na vida portenha. Uma comparação problemática seria aquela entre o legado de Vargas a que hoje explicitamente se quer botar fim e a problemática herança peronista. Jamais prosperou entre a classe dirigente brasileira qualquer dogmatismo em relação à política econômica e, conseqüentemente, à ação estatal na economia. Estes aspectos de natureza qualitativa, em boa medida estão na raiz das diferentes performances como aqui rapidamente se tentou demonstrar²³.

Referências bibliográficas

- ABREU, Marcelo de Paiva (org.) *A ordem do progresso - cem anos de política econômica republicana*. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1989
- AYERBE, Luis Fernando. "As relações dos Estados Unidos com a América Latina após a Segunda Guerra Mundial: política hegemônica e alternativas de desenvolvimento. Tese de doutoramento. FFCLH, Departamento de História, USP, 1992.
- BÉRTOLA, Luis; PORCILE, Gabriel e EHLERS, Ricardo "Tecnologia, convergência e divergência econômica: Argentina e Brasil, 1900/1990" in *Economia e Sociedade*, UNICAMP, Instituto de Economia, Campinas (9), dezembro 1997.
- BETHELL, Leslie. *Argentina since Independence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993
- BETHELL, Leslie (Editor): *The Cambridge History of Latin American, Bibliographical Essays*, v. IX. Cambridge: Cambridge University Press, 1995
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos "Prefácio" in BRESSER PEREIRA (org.) *Populismo econômico: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina* São Paulo, Editora Nobel, 1991
- CAPELATO, Maria Helena Rolim: *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: FAPESP/Papirus, 1998.
- CORTÉS CONDE, Roberto. *Progreso y declinacion de la economia argentina*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1998

²² A este respeito veja CORTES CONDE, R. *Op cit* p. 130 e seguintes.

²³ Com a morte de Vargas, entre outras coisas, se tentou modificar a política econômica como bem demonstram as propostas de Eugênio Gudin à frente do Ministério da Fazenda entre agosto de 1954 e abril de 1955. Seu plano de estabilização, de natureza ortodoxa, não foi aceito, o que levou à sua saída decorridos apenas sete meses. Registre-se, ademais, que Gudin sancionou a célebre Instrução 113 de notáveis efeitos para o crescimento industrial dos anos seguintes.

- DEVOTO, Fernando J. "Para una historia de la Argentina en el siglo XX" Trabalho apresentado no II Encuentro con America Latina: Historia y Literatura entre dos finales de siglo. Valência, Espanha, 06 -10 de março de 2000
- DÍAZ FUENTES, Daniel *Crisis y cambios estructurales en América Latina Argentina, Brasil y Mexico durante el periodo de entreguerras*. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1994.
- DI TELLA, Guido and DORNBUSCH, Rudiger (eds): *The Political Economy of Argentina, 1946-83*. The Macmillan Press, London, 1989.
- FERRER, Aldo. *La economía argentina: las etapas de su desarrollo y problemas actuales*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1999, vigésima reimpresión
- FRITSCH, Winston "Apogeu e crise na Primeira República" in ABREU, Marcelo de Paiva (org.) *A ordem do progresso - cem anos de política econômica republicana*. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1989
- GERCHUNOFF, Pablo: "Peronist Economic Policies" in DI TELLA, Guido and DORNBUSCH, Rudiger (eds): *The Political Economy of Argentina, 1946-83*. The Macmillan Press, London, 1989.
- LENZ, Maria Heloisa: "Auge e Declínio da Economia Argentina" *Anais III Encontro de Nacional de Economia Política*, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1998
- LEWIS, Colin "The Argentine: from economic growth to economic retardation (1850s-1980s) - A review of the economic and social history literature". mimeo. Trabalho apresentado no XIIth International Economic History Congress. Madrid, 1998.
- MADDISON, A. *Monitoring the World Economy 1820-1992*. Paris, OECD, 1995
- MALLON, R. D. e SOURROUILLE, J.V. *Economic policy making in a conflict society: the argentine case*. Cambridge, Harvard University Press, 1975
- MARICHAL, Carlos. "Prologo" in DÍAZ FUENTES, Daniel *Crisis y cambios estructurales en América Latina Argentina, Brasil y Mexico durante el periodo de entreguerras*. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1994.
- PORTANTIERO, Juan Carlos: "Political and Economic Crises in Argentina" in DI TELLA, Guido and DORNBUSCH, Rudiger (eds): *The Political Economy of Argentina, 1946-83*. The Macmillan Press, London, 1989.
- PRADO, Luiz Carlos Delorme "Conflito e cooperação nas relações econômicas Brasil Argentina". *Anais do V Encontro Nacional de Economia Política*, Fortaleza, junho de 2000
- RANDALL, Laura: *An Economic History of Argentina in the Twentieth Century*. New York, Columbia University Press, 1978.
- RAPOPORT, Mario y colaboradores. *Historia económica, política y social de la Argentina*. Buenos Aires, Ediciones Macchi, 2000
- SIKKIN, Kathryn. *Ideas and Institutions Developmentalism in Brazil and Argentina*. Ithaca, Cornell University Press, 1991
- THORP, Rosemary (compiladora): *América Latina en los años treinta. El papel de la periferia en la crisis mundial*. Fondo de Cultura Económica, México, 1988.
- TORRES, Juan Carlos e DE RIZ, Liliana "The peronista decade" in BETHELL, Leslie. *Argentina since Independence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993
- TORRES, Juan Carlos e De RIZ, Liliana "Argentina since 1946: Economy" in BETHELL, Leslie (Editor): *The Cambridge History of Latin American, Bibliographical Essays*, v. IX. Cambridge: Cambridge University Press, 1995
- VIANNA, Sérgio Besserman. *A Política Econômica no Segundo Governo Vargas*. 11.o Prêmio BNDES de Economia. BNDES, Rio de Janeiro, 1987
- VIANNA, Sérgio Besserman: "Política Econômica Externa e Industrialização: 1946-1951". In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.): *A ordem do progresso - cem anos de política econômica republicana*. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1989.